

Pente-fino do INSS em 2025 pode impactar cerca de 600 mil benefícios

PREVIDÊNCIA**Pente-fino do INSS
pode resultar na
suspensão de até
600 mil benefícios**

Em busca de fraudes, o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) realizará em 2025 um novo processo de revisão de benefícios. O chamado pente-fino pode resultar na suspensão de 600 mil pagamentos. A meta da Previdência é coibir a ação de criminosos. Entretanto, segundo advogados especializados no tema, efeitos colaterais podem ocorrer. O principal deles é o bloqueio de aposentadorias e pensões de pessoas que estão com a situação regular, e que terão de buscar a Justiça para recuperar seu direito. [Economia 5](#)

Pente-fino do INSS em 2025 pode impactar cerca de 600 mil benefícios

Previdência busca a identificação de fraudes, mas existe a possibilidade de envolver inocentes

CAIO PRATES
do Portal Previdência Total

O ano de 2025 será marcado por mais uma etapa do processo de revisão dos benefícios por incapacidade pagos pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Popularmente conhecido como pente-fino, o programa tem como objetivo coibir fraudes e garantir que os pagamentos sejam realizados apenas a quem tem direito. No entanto, especialistas alertam para os efeitos colaterais da medida, que pode atingir justamente os mais vulneráveis.

De acordo com o advogado especialista em Direito Previdenciário, João Badari, cerca de 600 mil benefícios podem ser suspensos neste ano, incluindo o BPC (Benefício de Prestação Continuada), o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez.

O foco está em segurados com cadastros desatualizados ou que não passaram por perícia médica nos últimos anos. "O problema é que, em vez de presunção de legitimidade, o Estado trata os beneficiários como suspeitos por padrão. Isso inverte a lógica jurídica do direito previdenciário", afirma Badari.

COMUNICAÇÃO FALHA

As convocações ocorrem via SMS, Correios, extratos bancários e o portal Meu



INVERSÃO. João Badari afirma que aposentados são tratados como suspeitos de fraude pelo INSS

INSS, mas grande parte dos segurados enfrenta barreiras digitais e dificuldades de compreensão. Para especialistas, a comunicação ineficiente tem resultado em suspensões indevidas por falta de resposta ou descumprimento de prazos.

Segundo o advogado Ruslan Stuchi, sócio do Stuchi Advogados, receber o comunicado não deve ser motivo de desespero. "O primeiro passo é reunir os documentos que estão sendo solicitados pelo INSS. Muitas vezes, o órgão apenas pede documentos para atualização cadastral. Cumprindo a exigência, o segurado não terá problemas com o benefício", afirma o especialista.

No entanto, Stuchi ressalta que eventuais irregularidades podem levar à suspensão e à necessidade de apre-

sentação de defesa.

"Muitos têm o benefício suspenso não por fraude, mas por não entenderem ou sequer receberem a convocação. Isso configura penalização por desinformação", explica Badari.

IMPACTO PSICOLÓGICO

Além das falhas de comunicação, há também o impacto psicológico do processo. Ser convocado para nova perícia, mesmo após laudos definitivos, gera sofrimento emocional e sensação de desconfiança contínua.

"A cada nova perícia, essas pessoas são forçadas a reviver traumas e justificar o óbvio. É um processo que precisa de mais razoabilidade e humanidade", aponta João Badari.

Para o advogado Mateus Freitas, a revisão, se feita sem acolhimento e orientação, pode aumentar o estres-

se e a ansiedade dos beneficiários. "É importante garantir apoio durante o processo, principalmente a quem tem baixo acesso a informação. Um sistema justo deve respeitar o contraditório e a ampla defesa", destaca.

Especialistas citam casos de convocações indevidas

O advogado Ruslan Stuchi relata que há casos em que o segurado não necessita passar pela reavaliação. A dispensa é um direito de aposentados por invalidez e pensionistas inválidos que recebem o benefício por ao menos 15 anos e que têm mais de 55 anos de idade, portadores de HIV e segurados que tenham recebido a concessão do benefício há mais de dez anos, exceto quando há desconfiança de fraude ou má-fé por parte do beneficiário.

Apesar disso, há relatos de convocação indevida de beneficiários isentos, o que tem levado a recursos administrativos e ações judiciais. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região já decidiu que o corte sem notificação adequada é ilegal, reforçando a necessidade de respeito ao devido processo legal.

RISCOS

Para o advogado Mateus Freitas, os riscos do pente-fino vão além da perda individual de benefícios. A suspensão indevida pode aumentar a procura por serviços públicos de saúde, elevar os índices de pobreza e desigualdade social e gerar impactos graves na saúde mental dos afetados.

"O processo pode deixar pessoas vulneráveis sem assistência para sobreviver. O impacto psicológico e o medo da perda do benefício são significativos e precisam ser considerados", afirma o advogado.

Embora o combate a fraudes seja necessário, os especialistas criticam o uso do pente-fino como estratégia de ajuste fiscal. "É preciso cuidado para que a revisão não se transforme em rolo compressor, atropelando a dignidade de quem mais precisa da proteção do Estado", conclui Badari. CP

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Economia **Página:** capa + página 5